

Mulheres negras na docência: uma análise nos cursos de pós-graduação do Brasil

Maísa Rose Serra de Almeida¹
UESB, maysaserra2@gmail.com

Juliana Barbosa da Silva²
UESB, juanviana2010@hotmail.com

Valéria Souza Lima Brito³
UESB, valeriaslima@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar a participação das docentes negras que atuam nos cursos de pós-graduação no Brasil, a fim de demonstrarmos como, mesmo com as mais recentes mudanças nas políticas de ingresso e de formação continuada, ainda persiste um fosso que marginaliza a população afro-brasileira, o que acarreta em uma baixa participação das mulheres negras na docência desses cursos. Como aporte teórico-metodológico para esta investigação, selecionamos o conceito de interseccionalidade, pois acreditamos que o mesmo explica o fenômeno da marginalização de determinados grupos, especialmente das mulheres negras no mercado de trabalho, pois, segundo essa teoria, a violência estrutural é fruto da combinação entre racismo, sexismo e exploração econômica. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, apoiamos numa pesquisa de cunho bibliográfico. A partir das reflexões e estudos analisados entendemos que, mesmo com o aumento no número das profissionais que atuam na docência em nível de pós-graduação, os indicadores sociais ainda apontam para uma enorme distância entre os gêneros e os grupos étnico-raciais, com prejuízo maior para as docentes negras, cuja participação nas coordenações é quase inexpressiva.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Interseccionalidade; Pós-graduação.

INTRODUÇÃO

Em carta aberta publicada em 11 de julho de 2022 pelas professoras e professores autodeclarados(as) negros(as) da Universidade de São Paulo (USP), uma das universidades mais prestigiadas da América Latina, os(as) docentes da instituição denunciavam o “irrisório” quantitativo de profissionais negros e reivindicavam em primeiro lugar “a implantação de reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos para docentes”. Conforme apontado por profissionais, do total de 5.531 docentes vinculados à instituição, apenas 125 se autodeclaravam negro(a)s, ou seja, inexpressivos 2,3% (BRASIL, 2022). Essa realidade, contudo, mostra-se ainda mais

desigual em outras instituições, onde a participação de professores negro(a)s nas cátedras de ensino superior e de pós-graduação são ainda menores.

A proposta de nosso estudo é problematizar e tecer uma reflexão sobre a participação das docentes negras nos cursos de pós-graduação, a fim de contribuirmos com os estudos que analisam e denunciam a marginalização da população afro-brasileira, cujas consequências são uma enorme disparidade no número de profissionais formados anualmente e a baixa participação na docência em nível de pós-graduação. Esta pesquisa, portanto, é de caráter qualitativo, por incluir em seu bojo dados não apenas quantificáveis, a exemplo da análise da produção acadêmica sobre o tema, da legislação e de relatos de vida. Do tipo pesquisa bibliográfica, feito um levantamento a partir de referenciais teóricos já analisados, publicados por meio de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos (FONSECA, 2002). Ressaltamos que o nosso interesse pela temática surgiu ao longo das discussões realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), onde identificamos a escassez de estudos que analisam o cenário da pós-graduação e da participação de mulheres negras nesses cursos. Para tanto, recorremos ao conceito de interseccionalidade, por acreditarmos que ele nos auxilia na compreensão do fenômeno da marginalização feminina, que impera os valores ideológicos do racismo, do sexismo, em claro prejuízo às mulheres, sobretudo, negras.

O conceito de interseccionalidade, proposto inicialmente em 1989 por Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, propõe que a violência de gênero, que mais perversamente afetam as mulheres, tem suas bases firmadas na herança do sistema colonial, em que os corpos negros eram tratados enquanto mercadorias. De acordo com a pesquisadora, mesmo com o fim do regime escravista, ainda assim, imperava o trabalho forçado, a objetificação dos corpos, a hipersexualização das mulheres negras e a violência física como forma de controle e punição, no sistema capitalismo de produção ainda persiste a marginalização dos negro(a)s, pois mesmo com a mudança no regime de produção de bens e serviços-passagem do escravismo ao liberalismo econômico-, preservou-se o que mais de hediondo existia do modelo antigo, a hierarquia entre os grupos étnico-raciais, a partir do pressuposto de que os brancos são superiores aos demais.

Desse modo, ao examinarmos a participação das mulheres negras na docência dos cursos de pós-graduação do Brasil, não podemos perder de vista a interação existente entre racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), sexismo e capitalismo, pois o fenômeno da violência, entendida de forma extensiva, em que podemos situar a marginalização social, coloca em situação de maior vulnerabilidade as mulheres negras, que desde cedo sofrem múltiplas formas de agressão, o que, em muitos casos, afeta sua vida escolar e formativa, relegando-as aos postos de trabalhos informais e subalternos. Em sua definição, a violência estrutural se caracteriza enquanto um fenômeno social, presente na distribuição desigual dos recursos e no atendimento dos serviços essenciais (educação, saúde, habitação, lazer, trabalho e renda), onde determinados grupos sociais são impedidos de acessá-los ou têm o seu acesso dificultado, mediante critérios sociais, raciais, religiosos, etc. (AKOTIRENE, 2019).

Retomando a carta aberta do (a) s professores (as) da USP, o texto informa que “o racismo estrutural, sem contar o sexismo, é cada vez mais alarmante quando se observa a ocupação de cargos de gestão na reitoria, pró-reitorias e nas representações do conselho universitário”(BRASIL,2022,p.1).Portanto, torna-se urgente garantir representatividade negra em cargos de gestão na reitoria, nos conselhos universitários, nas coordenações dos departamentos, secretarias e cursos de pós-graduação, a fim de diminuirmos a distância entre os grupos étnico-raciais, entre os quais os negros (a)s estão entre os mais prejudicados.

UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS

De acordo com Maria Simone Euclides (2017, p. 27), “mesmo que haja um avanço no que tange à presença de mulheres nos espaços acadêmicos, as universidades, no entanto, continuam a ser racialmente branca”. Ao levar, em consideração a participação das mulheres negras que atuam como docentes nas instituições de ensino superior, nos cursos de pós-graduação, nos cargos de coordenação e diretoria de grupos de pesquisa, a pesquisadora observou que, embora o aumento na escolarização das mulheres negras representam uma via importante de inserção social, esta por si só não garante às docentes atuarem enquanto formadoras em nível de pós-graduação, pois o preconceito, elemento constituinte do racismo e do sexismo, muitas vezes as

desencorajam a prosseguirem em suas formações. Em suas conclusões, apontou que, mesmo que haja uma participação das mulheres em áreas do ensino e da saúde, o número de mulheres negras atuando em programas de pós-graduação é inexpressivo se comparados aos homens e às mulheres brancas.

Em seu estudo sobre a participação das mulheres negras nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, Ana Crhistina Vanali e Paulo Vinícius Baptista da Silva (2019, p. 86) constataram que, nos três níveis acadêmicos (mestrado profissional e acadêmico e doutorado), existe uma sub-representação da população afro-brasileira. As mulheres são ainda minoria em comparação aos docentes negros e que “no corpo docente, espaço de poder acadêmico, a sub-representação de negros é maior e sua presença é residual ou praticamente inexistente em alguns programas”. Segundo Sara Ester Paes e Camilo Darsie (2022, p. 185), a sub-representação das docentes negras, em nível de pós-graduação no Brasil, é um exemplo nítido das consequências nefastas do racismo estrutural e do sexismo, pois as universidades, por meio de suas regras, estabelecem padrões que “[...] se vinculam à ordem e à tradição de formação de excelência que, na maioria dos casos, demanda oportunidades e condições de acesso baseado em conhecimentos anteriores ao ingresso em cursos de graduação e pós-graduação”. Assim, cabe às mulheres negras que se profissionalizam nos cursos de educação, os cargos mais desprestigiados e menos remunerados. Ao mesmo tempo, sofrem com o descompromisso do Estado em progressão formativa, o que não as colocaria em mesmo grau de competição em concursos e seleções para ingresso na docência do ensino superior.

Se analisarmos a formação histórico-cultural do Brasil e a trajetória das políticas formativas e das ações afirmativas de reparação social, perceberemos que a população afro-brasileira, por muito tempo, teve o seu acesso ao sistema formação de educação negado ou dificultado. Desse modo, a disparidade existente no nível formativo desse grupo, em comparação aos demais, não deve ser vista como acidental ou natural. Conforme afirmou Tania Aparecida Lopes e Lucimar Rosa Dias (2020), investigar a inserção das mulheres negras na pós-graduação – enquanto discentes e docentes – é também analisar o processo de resistência em meio a um sistema educacional excludente.

Conforme apontou Bell Hooks (2013), pensar a exclusão social em que vive a população afro-brasileira requer um debate amplo e plural, pois, mesmo que as ações afirmativas tenham um papel importância no processo de formação, qualificação e

inserção profissional, especialmente da mulher negra, ela por si só não é capaz de extinguir os estigmas sociais que foram sendo historicamente construídos em torno do ser “negro(a) no Brasil”. Ainda segundo a pesquisadora, para que seja possível modificar o modelo educacional, pautado na exclusão significativa da população brasileira e para que consigamos redefinir o modelo educacional, no qual a multiculturalidade seja respeitada, é necessária uma ressignificação dos modelos e práticas educacionais em todos os níveis formativos, desde a educação de base até a pós-graduação.

Em artigo intitulado *“Oh, aqui a gente também está chegando!”: professoras negras e representatividade racial na universidade*, Beatriz Gouvea Lopes e Josiane Peres Gonçalves (2022) destacaram que a noção de que o fazer científico era papel exclusivo do sexo masculino tem sido desmistificado, pois o modelo de ciência que foi por muito tempo defendido incluía o compromisso de dedicação em tempo integral, produtividade na pesquisa e competitividade, o que dificultava a inserção feminina, especialmente, das mulheres negras, “[...] visto que há uma sobrecarga enorme sobre elas, como o cuidado da casa, dos filhos, período de gestação, atividades domésticas” (LOPES; GONÇALVES, 2022, p.7). De acordo com Saffioti (2004), a naturalização dessas funções como sendo de domínio exclusivo das mulheres representa uma das mais perversas formas de reprodução da violência de gênero, que tem sido ostensivamente combatido.

[...] A luta desempenhada pelo Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras foi fundamental para a conquista de direitos para essas mulheres que tiveram e ainda têm suas vidas marcadas pelo racismo, pela discriminação racial e até mesmo pela violência física e simbólica. No mercado de trabalho as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego e estão alocadas em sua maioria nos trabalhos domésticos e subalternizados. No quesito educação, mesmo com avanços, as mulheres negras ainda apresentam índices menores comparados aos das mulheres brancas e dos demais. (OLIVEIRA, 2020, p. 145).

Conforme Edicleia Lima de Oliveira (2020), as conquistas sociais de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e no sistema educacional, tanto na condição de estudantes quanto de docentes, ainda representam um dos maiores desafios dos movimentos sociais organizados. Isto se explica porque, mesmo mediante as mais recentes conquistas no que diz respeito às políticas de reparação social, os dados dos indicadores sociais não são animadores no que se refere à atuação das mulheres negras na docência em nível de pós-graduação. Como estratégia de reversão desse quadro, a

autora aponta a necessidade da efetivação das políticas de reserva de vaga para os afro-brasileiros em concursos públicos para a carreira docente, algo que tem sido defendido por diversos pesquisadores (as), estudiosos (as) e intelectuais preocupados (as) com a possibilidade de retrocesso das políticas afirmativas no país.

Kelly da Silva (2020), ao entrevistar professoras negras que atuam na educação básica e no ensino superior (graduação e pós-graduação), buscou revelar os principais entraves apontados em suas formações e atuações profissionais. Seu estudo observou que além das violências em decorrência do racismo e do sexismo, em todos os relatos apareciam a discriminação oriunda de seus traços físicos, de suas religiosidades e dos valores culturais que eram compartilhados pelas mulheres negras. Outro aspecto importante encontrado dizia respeito à importância das políticas de cotas para a qualificação profissional e inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. A autora conclui que as condições materiais das mulheres negras atuam muitas vezes como um entrave não apenas para o ingresso e permanência nos cursos superiores, como muitas vezes agem como sendo um fator de desencorajamento dessas mulheres em prosseguirem com seus estudos. Muitas relataram ter que trabalhar e arcar sozinhas com todos os custos relativos às suas formações.

Mesmo cientes dos diversos desafios que são colocados à formação e inserção das mulheres negras no ensino superior, e aqui nos referimos ao seu ingresso na docência em nível de pós-graduação, Silva (2020, p. 199-200) defende que:

O lugar de fala de cada uma das professoras se mostra como lugar de empoderamento, de quem correu atrás dos “sonhos”, “desejos”, de quem venceu uma estrutura que está organizada para nos dizer não: não é nosso lugar, não conseguiremos ser ouvidos, nosso conhecimento não é científico porque tem muita subjetividade, muita conotação pessoal. O controle da ciência e do que é científico sempre foi dominado pelos brancos. Uma narrativa potente como a das professoras e suas ações antirracistas podem ser questionadas pela branquitude, no entanto, o que nos fica de fato é que essas mulheres negras, professoras, saíram de uma estrutura do não lugar, para protagonizarem suas vidas, apesar de terem sido excluídas, discriminadas e violentadas por um sistema que está organizado para essas ações, elas conseguem se fazer ouvir, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas [...].

Para Cristiane Barbosa Soares (2020), assistimos no Brasil o descaso com relação à disparidade entre professores(as) negros(as) em comparação aos não-negros na docência em nível de pós-graduação. Desse modo, a pesquisadora afirmou que:

[...] presenciamos a ausência de levantamento com o delineamento de gênero e raça nos quadros docentes das instituições de ensino superior brasileira e ainda a inexistência de dados que expressem a intersecção desses marcadores, ou seja,

não há levantamentos do quantitativo de mulheres negras e de homens negros nos quadros docentes das instituições de ensino superior do país. (SOARES, 2020, p. 21).

Na ausência de dados sistêmicos sobre o percentual de docentes, em razão dos critérios étnico-raciais, alguns estudos acadêmicos vêm demonstrando a realidade vivenciada em alguns programas e instituições. Conforme demonstrou Fernanda Aparecida de Souza e Silvani dos Santos Valentim (2020), a partir do mapeamento dos programas de pós-graduações existentes na UFMG, do total das docentes em atuação, 66% eram autodeclaradas brancas, 15% optaram em não declarar, seguidos por 11% pardas, 2% de pretas, 1% amarela, 5% sem informações e nenhuma indígena. Com base nos critérios do IBGE, observamos, portanto, que 13 % do montante é composto por docentes afro-brasileira, representando um contingente relativamente pequeno, em comparação aos docentes brancos, persistindo, desse modo, a predominância de um grupo étnico específico em detrimento dos diversos outros. Na análise dos dados levantados, chamou atenção o silêncio de 15% em optar em não se autodeclarar, o percentual pequeno de negras e a inexistência de docentes dos povos originários.

Ainda, segundo a investigação de Souza e Valentim (2020), das 26 docentes negras, observou uma concentração em áreas como Linguística, Letras e Artes (9); Ciências biológicas (7); Ciências da saúde (5); Ciências humanas (4); Ciências sociais aplicadas (1). Em áreas como Engenharias, Ciências exatas e da terra, Ciências agrárias e interdisciplinar, inexistem professoras autodeclaradas negras.

Se as mulheres seguem confinadas em determinadas áreas de conhecimento, mas aos poucos estão se fazendo presentes em espaços considerados majoritariamente masculinos, ao analisar a situação de mulheres negras no contexto acadêmico vê-se que a situação é ainda mais complexa. Ao lançar mão da interseccionalidade para compreensão das dinâmicas que se organizam a partir da interação dos eixos de subordinação gênero e raça, verificou-se um impacto no conjunto das mulheres negras. Enquanto as professoras brancas transitam, mesmo que com certa restrição, em uma quantidade maior de áreas de conhecimento e programas de pós-graduação stricto sensu, constata-se que as professoras pretas estão claramente limitadas a áreas de conhecimento e programas específicos. (SOUZA; VALENTIM, 2020, p. 53).

Conforme observado por Souza e Valentim (2020, p. 54), além da concentração das professoras negras em áreas específicas, especialmente nas áreas de ensino/docência e saúde, e de sua ausência em áreas específicas, culturalmente e socialmente associadas ao gênero masculino, espanta a “[...] exclusão de mulheres

negras no campo da docência no ensino superior, mais precisamente no contexto da pós-graduação *stricto sensu*”.

Taiana Flores de Quadros (2015), ao investigar a participação das mulheres negras na docência nos cursos de pós-graduação na Universidade Federal de Santa Maria, percebeu que a participação de mulheres negras em cargos de prestígio social ainda é muito restrita, uma vez que a docência no Brasil, especialmente na pós-graduação, representa uma das formas de exercício do poder – poder em decidir quem orientar, quais serão os temas a serem estudados e quais serão os referenciais teórico-metodológicos escolhidos para o desenho dos estudos. Ainda de acordo com Quadros (2015, p. 87):

[...] mesmo havendo um número significativo de estudos que possibilitem uma compreensão de como se tem construído a exclusão dos negros no ambiente educacional e de como, apesar das barreiras, eles têm lutado pelo direito de acesso à educação escolar, esses estudos parecem estar distantes dos cursos de formação de professores, em cursos de graduação e pós-graduação. Havendo, assim, a necessidade de repensar tal discussão, nestes espaços, a fim de contribuir para a desconstrução da realidade de discriminação do nosso país.

Ao investigar a realidade da mesma instituição, no recorte temporal de 2008 a 2020, Leandra da Silva Cunha (2021), constatou que, “[...] o ensino superior, em especial as pós-graduações, se mostram enquanto extremamente segregados, onde temos a predominância branca e masculina nas posições de maior prestígio social [...]”. Conclui-se que a realidade da instituição, desde quando se iniciou o processo de mapeamento do corpo docente a partir de critérios étnico-raciais, é marcada pela exclusão seletiva, em desfavor da população afro-brasileira. No que tange à concentração de docentes negras nos cursos de pós-graduação, de modo semelhante ao observado por Quadros (2015), Cunha (2021) localizou um percentual pequeno de mulheres negras atuando nos cursos de ensino/docência e saúde, ratificando a sub-representação afro-brasileira nos cursos de pós-graduação da UFSM.

Mesmo afirmando existir uma tímida inserção de docentes negras nos quadros das instituições de ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, percebe-se que mulheres negras carregam em seus corpos os marcadores indissociáveis de raça e gênero e, em grande parte dos casos ainda, são oriundas dos grupos menos favorecidos financeiramente. Isso faz com que suas trajetórias profissionais sejam “[...] marcadas por violências específicas, as quais as colocam enquanto inferiores intelectualmente tentando a todo momento reforçar que o espaço da pesquisa não é para elas” (CUNHA, 2021, p. 24).

Como pudemos observar até aqui, ao buscarmos analisar a participação das docentes negras nos cursos de pós-graduação no Brasil, percebemos como essas mulheres estão sub representadas, em decorrência da violência estrutural, que atua desencorajando-as a prosseguirem seus estudos ou dificultando seus acessos aos postos mais prestigiados. Outro fator observado diz respeito à ausência de dados que nos possibilitam compreender melhor o quadro de exclusão e marginalização desse grupo. Com base nos dados apresentados em estudos acadêmicos mais recentes, conseguimos compreender a representação diminuta e a concentração em áreas específicas, a exemplo do ensino/docência e saúde. Em artigo recente, publicado em 2021, cujo título é *Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado*, Ana Lucia Nunes de Sousa *et al.* problematizam a presença/ausência dessas mulheres nos programas de pós-graduação em saúde, ampliando nossa percepção sobre o tema. Ao levar em conta os programas existentes em duas das mais prestigiadas instituições de ensino superior fluminense, a UFRJ e UFF, o estudo apontou que, dos 31 programas mapeados – 20 da UFRJ e 11 da UFF, quase inexitem mulheres negras em atuação.

São 18 docentes negros e negras na UFRJ, de um total de 472 profissionais nos PPG, dos quais apenas 10 são mulheres negras, ou seja, 2% do total. Já na UFF, o corpo docente é menor, 273 professores/as nos PPG, sendo 16% das vagas ocupadas por professoras negras, correspondente a 6% do total de vagas docentes. (SOUSA *et al.*, 2021, p. 19).

Conforme argumentaram os autores (a) do trabalho acima supracitado, o baixo percentual de mulheres negras como professoras e pesquisadoras dos cursos de pós-graduação das referidas instituições não representa somente um problema em decorrência da violência de gênero, no qual as mulheres, mesmo sendo maioria em atuação nas áreas da saúde, estão sub representadas. Desse modo, concluíram que “[...] há uma invisibilidade racial profunda no acesso a esses postos de trabalho e poder, em prejuízo às docentes negras, que além de serem minorias no quadro docente, dificilmente conseguem alcançar os cargos de diretoria e coordenação.” (SOUSA *et al.*, 2021, p. 20). O estudo ratifica que as mulheres brancas são a maioria das professoras nos referidos programas, porém, o percentual de mulheres demonstra como o racismo atua de forma ainda mais danosa a inserção social de grupos historicamente marginalizados.

No cômputo geral, em relação ao gênero, as mulheres são maioria nos PPG das duas universidades. No entanto, ao inserir a lupa racial nesses dados, o que se vê é que, se bem há mais mulheres do que homens, estas são, em sua maioria,

mulheres brancas. As mulheres e os homens negros constituem os quadros minoritários em ambas as instituições. [...]Diante disso, torna-se também evidente a importância das ações afirmativas raciais, visto que as trajetórias e produções intelectuais de pessoas negras não asseguram o acesso a posições hierárquicas altas. Disso também se depreende que há um epistemicídio dos saberes negros – e principalmente do saber negro feminino – e uma refutação à teoria da meritocracia imposta pelo sistema neoliberal, como já apontado por Sueli Carneiro¹² e assinalado por da Silva ¹⁵ em relação à ‘superqualificação’ das doutoras negras. (SOUSA *et al.*, 2021, p. 20-21).

Esta invisibilização, mostra-se ainda mais acentuada quando observamos a realidade de outros programas, cujas áreas de pesquisa são historicamente consideradas masculinas. Segundo Ecivaldo Matos *et al.* (2016), mesmo com os tímidos avanços que foram sendo conquistados a partir da luta dos movimentos sociais organizados, as barreiras históricas para a superação do racismo e do sexismo ainda se mostram erguidas.

No campo da Ciência da Computação, a experiência cotidiana tem mostrado que apesar de o universo de estudantes ter se modificado ao longo dos anos, a presença está longe de ser equitativa, seja no tocante aos gêneros, seja no tocante às raças/etnias. (MATOS *et al.*, 2016, p. 2720).

Logo, percebemos que, em áreas de atuação profissional é marcada marca pela presença feminina, as mulheres negras continuam sub representadas, enquanto que em áreas marcadas pela atuação masculina, o contingente de docentes negras é quase inexistente, persistindo também a ausência de dados que revelem a situação de marginalização e exclusão.

Para Caroline de Araújo Lima e Rosineide Cristina de Freitas (2021), os dados dos últimos censos do ensino superior brasileiro (2018 e 2020), mesmo não trazendo um recorte a partir da marcação cor/raça, em relação aos docentes, ainda permite afirmar que empiricamente persiste a sub-representação negra no corpo docente das instituições superiores (públicas e privadas), tanto em nível de graduação quanto em relação à pós-graduação. Corroboramos com as autoras de que as causas que justificam essa marginalização e exclusão não se referem somente às ações individuais ou de algumas instituições. São o resultado de um fenômeno ainda maior, a violência estrutural, no qual o racismo, o sexismo e os valores ideológicos do capitalismo se encontram e se interagem, produzindo uma realidade desigual e injusta, na qual as mais prejudicadas são as mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve discussão, através de estudo qualitativo de cunho bibliográfico, pudemos observar que as mulheres negras se encontram sub representadas na carreira docente do ensino superior, especialmente na pós-graduação, em decorrência dos diversos efeitos produzidos pela violência estrutural, na qual o racismo e o sexismo produzem um sistema de exclusão e marginalização social. Mesmo com a ausência de dados sistêmicos, que nos permitiriam analisar o quadro geral da sociedade brasileira, nos deparamos com algumas iniciativas acadêmicas que buscaram realizar um mapeamento a partir da realidade de alguns programas, instituições ou áreas de saberes, o que aponta para a necessidade de novos estudos sobre a relação gênero/cor/classe social dos docentes em atuação nas pós-graduações brasileiras, pois cada vez mais, se acentua a questão de gêneros nesses espaços.

Desse modo, reafirmamos nosso compromisso em problematizar a realidade social no enfrentamento do racismo e do sexismo, cujas mais prejudicadas são as mulheres negras, alijadas do sistema educacional e do mercado de trabalho, especialmente, nos postos de maior prestígio social. Advogamos, portanto, em defesa da criação de mecanismos que possam relevar a situação de exclusão e em prol da criação de políticas públicas que garantam o ingresso das mulheres negras nos quadros docentes dos programas de graduação e pós-graduação. Uma vez que, enquanto sobreviverem na sociedade brasileira o racismo e o sexismo, não será possível pensar em um país justo, democrático e igualitário.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p.
- BRASIL. Universidade de São Paulo/USP. **Carta aberta de docentes negras e negros da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2022.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **Anais do University of Chicago Legal Forum**, v. 1, n. 8, p. 139-167, 1989.
- CUNHA, Leandra da Silva. **Mulheres negras e a pós-graduação: presença de cientistas negras no Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria**. TCC (Especialização *lato sensu* em Gênero) – Curso de Especialização em Educação de Gênero. Santa Maria: UFSM, 2021.
- EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Fortaleza: UFCE, 2017.
- FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes, 2013.

LIMA, Caroline de Araújo; FREITAS, Rosineide Cristina. **Ainda somos poucas!?: invisibilidade e silenciamento de docentes negras(os) na universidade**. ABATIRA: Revista de Ciências Humanas e Linguagens, Eunápolis, v. 2, n. 3, p. 224-241, 2021.

LOPES, Beatriz Gouvea; GONÇALVES, Josiane Peres. “Oh! aqui também a gente está chegando”: professoras negras e representatividade racial na universidade. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoá, v. 27, n. 1, 2022.

LOPES, Tania Aparecida; DIAS, Lucimar Rosa. Mulheres negras rumo à pós-graduação: relatos sobre aspectos sociais das mulheres negras matriculadas no Curso de Formação Pré-Acadêmica, afirmação na Pós UFPR (2017). **InterMeio: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, Campo Grande, v. 26, n. 51/52, p. 81-103, 2020.

MATOS, Ecivaldo *et al.*. Professoras negras na pós-graduação em Ciências da Computação: uma proposta de pesquisa. **Anais do WIT – 10º Women in Information Technology**, Nova Iorque, p. 2719-2722, 2016.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. **Trajetórias e identidades de docentes negras na Educação Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Dourados: UFGD, 2020.

PAES, Sara Ester; DARSIE, Camilo. **A invisibilidade das professoras negras nas instituições de educação básica de Santa Cruz do Sul – RS e a questão dos territórios e das territorialidades**. **Cadernos Prudentino de Geografia**, Prudente, v. 2, n. 44, p. 180-201, 2022.

QUADROS, Taiana Flores de. **Vida de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Santa Maria: UFSM, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Kelly da. **Trajetória de professoras negras: educação, gênero e raça**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Juiz de Fora: UFJF, 2020.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da vida e saúde) – Universidade Federal do Pampa. Uruguaiana: Unipampa, 2020.

SOUSA, Ana Lucia Nunes de *et al.*. **Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado**. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 13-26, 2021.

SOUZA; Fernanda Aparecida de; VALENTIM, Silvani dos Santos. **A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG**. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 45-61, 2020.

USP. Universidade de São Paulo. **Carta Aberta de docentes negras e negros da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2022.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **Ações afirmativas na pós-graduação strictu sensu: análise da Universidade Federal do Paraná**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 86-108, 2019.